

Com base nas referidas portarias, o estudo apresentado apontou três opções para equacionamento do débito atuarial, quais sejam:

**1. Financiamento do Déficit Atuarial em 35 anos (Portaria MPS 204/08, art. 5º, II, b)**

Essa é a primeira alternativa que a Legislação Federal prevê em caso de déficit atuarial, que, no caso específico, foi identificado em 31/10/2008 da ordem de R\$ 24.980.864.446,97 (valor presente do déficit anual dos próximos 110 anos).

Assim, se considerado o prazo de 35 anos para o seu financiamento, tomando-se por base uma taxa de juros de 6% ao ano, a parcela anual seria de R\$ 1.723.026.621,56 ou R\$ 139.781.986,76 mensais. Ditas parcelas seriam corrigidas por um índice de inflação como o INPC.

Sobre as alternativas de financiamento, considerou-se que como na maioria dos casos a capitalização integral do plano previdenciário é inviável pelos seus altos custos, busca-se alternativas para a migração do regime de repartição simples para o de capitalização.

Apontou-se que o mais utilizado no Brasil é o modelo denominado "Segregação de Massas", onde se adota o regime de capitalização para a parte mais "jovem" do grupo dos atuais servidores e para os futuros concursados, e os demais ativos e atuais inativos ficam no regime de repartição.

**2. Capitalização para os Novos Servidores – Segregação de Massas (Portaria MPS 204/08, art. 5º, II, b)**

Alternativa apontada para viabilização de Regime Capitalizado pela separação dos servidores em dois fundos:

- Fundo Financeiro (FUNAFIN) – Atuais Servidores Ativos e Inativos

Despesas pagas mediante contribuições e repasse do Estado para cobertura do déficit (Regime de Repartição)



- Fundo Previdenciário (FUNAPREV) – Futuros Servidores

Despesas pagas pelas Reservas formadas por contribuições

(Regime de Capitalização)

### **3. Previdência Complementar para os Novos Servidores (Com capitalização até o teto do RGPS)**

Por essa alternativa, seria criado, além do regime de capitalização para os novos servidores, um Fundo de Previdência Complementar cuja adesão será facultativa para os novos servidores. Os benefícios desse grupo de servidores seriam pagos em duas partes: a primeira pelo Regime Próprio de Previdência –RPPS através do Fundo de Capitalização (FUNAPREV) que estaria limitada ao teto (limite máximo) do RGPS, de R\$ 3.038,99 em out/2008; e a segunda para aqueles que fizeram a adesão ao Fundo de Previdência Complementar, de acordo com o respectivo plano de capitalização.

Assim, após explicação sobre as três hipóteses, consta do referido estudo, parecer atuarial considerando que a primeira opção apresenta valores muito altos para o Estado assumir imediatamente.

Já em relação à segunda hipótese, considerou-se que é alternativa com aumento de custos gradual para o Estado, já que proporciona a transição do antigo sistema para outro plenamente capitalizado, por aproximadamente 60 anos. Apesar deste prazo longo, o compromisso é crescente anualmente e pode, dependendo do comportamento da arrecadação do Estado de Pernambuco, tornar-se significativo em aproximadamente 20 anos.

No que concerne à terceira alternativa para equacionamento do débito, considerou-se que embora a diferença entre o custo de transição e a economia futura para o Estado, em relação à segregação de massas com capitalização integral, não seja significativa, traria um benefício futuro não quantificado para o regime de capitalização, pois este passaria a ter seus benefícios limitados ao teto do RGPS o que reduziria a base de cálculo das contribuições patronais. Além disso, apontou-se



que a previdência complementar exigiria a criação de uma estrutura adicional para sua implementação sem que estes custos estejam ainda mensurados.

Por fim, o Governo do Estado, na perspectiva de atender aos requisitos da Portaria MPS 403/2008 e de implementar um modelo de financiamento sustentável e viável, pretende aprofundar os estudos quanto a alternativa de Segregação de Massas para os futuros servidores, com e sem a implantação da Previdência Complementar.

O estudo acima referido, bem como os dados que o compõem, foi realizado com base em dados referentes à competência outubro-2008 e, em reunião realizada com o Núcleo de Governo do Estado de Pernambuco, foi apresentado para apreciação, de modo que estão sendo adotadas as providências necessárias ao cumprimento dos já mencionados dispositivos constitucional e legal, bem como às Portarias editadas pelo MPS.

Considerando que todos os comentários realizados pelo TCE quanto à avaliação atuarial reportam-se a dados relativos ao exercício de 2007, apresentamos o Balanço Atuarial do Regime Próprio de Previdência Social do Estado de Pernambuco, referente a 31/10/2008, obtido da avaliação atuarial realizada em 2008, que objetivou especificamente dimensionar a situação financeiro-atuarial do RPPS/PE - Regime Próprio de Previdência Social do Estado de Pernambuco:

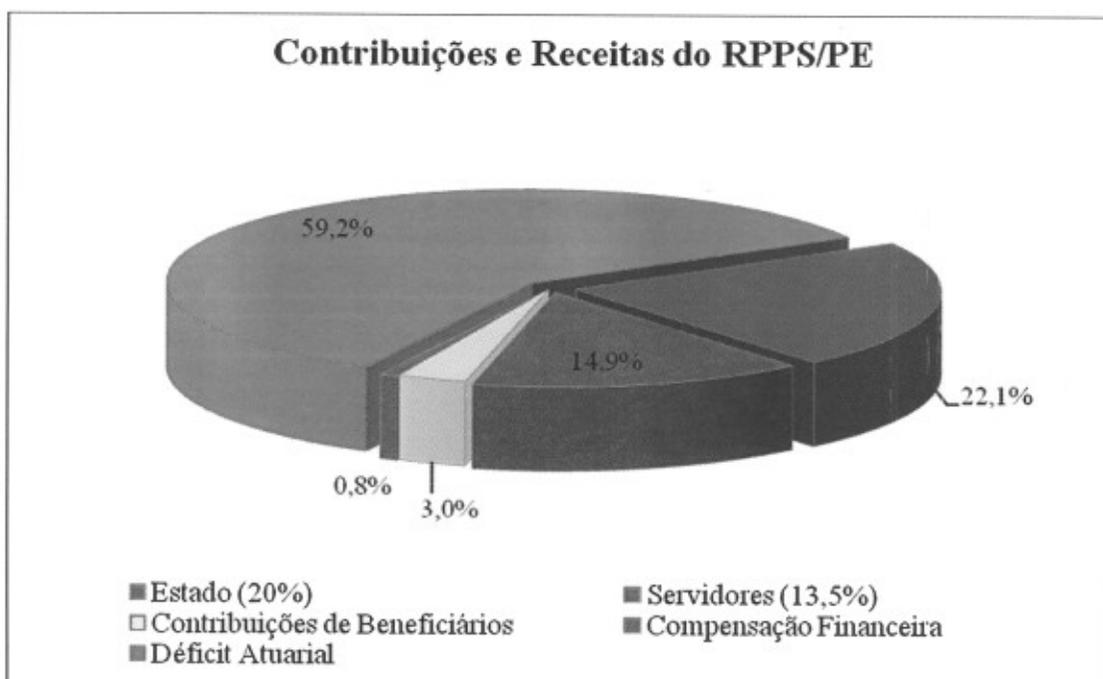
**Balanço Atuarial - em 31/10/2008 R\$1,00**

ATIVO		PASSIVO	
Valor Presente Atuarial das Contribuições		Valor Presente dos Benefícios Concedidos	
Item	Valores (R\$)	Item	Valores (R\$)
Sobre Remunerações de Contribuição	15.600.764.067,79	Aposentadorias	12.520.954.920,08
Sobre Benefícios	1.283.388.080,88	Pensões	6.261.742.336,41
Compensação Financeira	336.369.666,58	<b>Valor Presente dos Benefícios a Conceder</b>	
Patrimônio	0,00	Aposentadorias	19.054.685.799,01
Déficit Atuarial	24.980.864.446,97	Pensões	4.364.003.206,72
<b>TOTAL</b>	<b>42.201.386.262,22</b>	<b>TOTAL</b>	<b>42.201.386.262,22</b>



Do exposto, observa-se que o custo total, a valor presente, de todas as despesas com aposentadorias e pensões que serão pagas pelo Regime Próprio, incluindo as futuras gerações de servidores, é estimado em R\$ 42.201.386.262,22 em 31/10/2008, segundo as hipóteses atuariais utilizadas nesta avaliação.

O valor de R\$ 15.600.764.067,79 representa as contribuições normais sobre as remunerações dos servidores ativos através das alíquotas de 13,5%, para os servidores e 20% para o Estado. O déficit atuarial, no valor de R\$ 24.980.864.446,97, deverá ser aportado, ao longo do tempo, através de contribuições adicionais do Estado.



As receitas de contribuição de aposentados e pensionistas representam uma economia de apenas 3,0% nas despesas previdenciárias futuras do RPPS/PE. Do mesmo modo, a compensação financeira estimada, responde por apenas 0,8% deste total.

Pelo atual modelo de repartição simples utilizado pelo Estado, não havendo constituição de Reservas Matemáticas e conseqüentemente rentabilidade financeira,

além da contribuição normal de 20% por parte do Estado, que representa 22,1% do passivo total, o Estado deverá complementar o déficit observado de cobertura que equivale a 59,2% do total destas despesas. Portanto, o Estado irá se comprometer com 81,3% dos gastos futuros com aposentadorias e pensões dos servidores estaduais. O restante 18,7% será coberto pela compensação financeira, contribuição de beneficiários e contribuição de servidores ativos.

Estabelecendo um comparativo entre a avaliação atual e anteriores, apontaremos fatos relevantes que geram impacto sobre os resultados da atual avaliação, dentre os quais destacamos:

- a quantidade de servidores ativos, após pequena redução entre 2004 e 2005, de 99.873 para 98.947, sofreu aumento de 8,4% para 2006, de 0,77% para 2007 e de 1,34% para esta avaliação, atingindo 109.492 servidores ativos;
- a idade média dos ativos, que vinha sofrendo sucessivos aumentos entre as avaliações, chegando a 44,3 anos em 2005, pela entrada dos novos servidores em 2006, sofreu pequena redução passando a 44,1 anos, em 2007 voltou ao patamar de 44,3 anos e agora teve um pequeno aumento chegando a 44,4 anos;
- a média das remunerações dos ativos passou de R\$ 1.722,28 para R\$2.014,98, acréscimo de 17,0%, percentual muito superior à inflação dos últimos 10 meses, que foi 5,77% com base no INPC. Na avaliação anterior já havia ocorrido um aumento de 14,57% em relação à avaliação de 2006, contra uma inflação de 5,16%. Estes sucessivos ganhos salariais justificam boa parte do aumento do passivo atuarial observado entre as avaliações;
- a quantidade de servidores iminentes de aposentadoria tem-se mostrado com pouca variação, 8.987 em 2004, de 8.853 em 2005, 9.127 em 2006, 10.207 em 2007 e 11.495 nesta avaliação. Este “estoque de aposentadorias”, provocado pela opção dos servidores que já reuniram condição ao benefício de permanecerem em atividade, impacta diretamente nos custos das Provisões de Benefícios Concedidos, item 10 deste relatório;
- em consequência do fato anterior, o grupo de beneficiários tem permanecido com crescimento abaixo do esperado entre as avaliações,

levando-se em conta o número de iminentes observados, de 69.141 em 2004 para 69.386 em 2005, 70.698 em 2006, 71.873 em 2007 e 73.533 em 2008;

- a idade média dos beneficiários, pela baixa entrada em inatividade, vem sofrendo aumentos consecutivos, de 60,5 em 2004, 61,5 em 2005, 62,2 em 2006, 62,8 anos em 2007 e 62,6 em 2008;
- o valor do benefício médio passou de R\$ 1.860,30 em 2007 para R\$2.050,54 nesta avaliação, variação de 10,22%. Este item havia registrado um reajuste de 5,92% de 2004 para 2005, 15,43% de 2005 para 2006 e 10,64% de 2006 para 2007.

Em síntese, ainda que o Estado seja credor da compensação financeira com o INSS para com os servidores provindos da iniciativa privada, não se extinguem os compromissos dos servidores que se desligarem do Estado e passarem a ser contribuintes da iniciativa privada, com vínculo ao Regime Geral de Previdência Social. Por esse motivo foi recomendado manter o cadastro do servidor desligado, para efeito de provável compensação previdenciária relativa ao período em que o mesmo esteve vinculado ao Regime Próprio, neste caso, sendo agora o INSS credor do Estado, Regime de Origem e denominado de Sistema Instituidor, na compensação financeira.

### III – CONCLUSÃO

Conforme evidencia a equipe de auditoria do TCE, o Estado de Pernambuco consolida-se como detentor de continuado e persistente esforço fiscal, fato que vem repercutindo em uma melhora contínua no desempenho da gestão financeira e orçamentária do Estado, a partir da observância dos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal, das metas estipuladas na LDO e no Programa de Ajuste Fiscal.

Apesar da crise econômica evidenciada no cenário nacional, Pernambuco apresenta bons indicadores econômicos. Manteve o crescimento de sua arrecadação

+   38 

e conseguiu incrementar a sua poupança corrente, tanto na fonte tesouro, quanto na consolidação dessa fonte, com as outras fontes do tesouro.

Este cenário apenas apresenta o esforço que vem sendo produzido por esta Gestão no sentido de melhorar o resultado das ações com o fim de ampliar cada vez mais os benefícios voltados para a sociedade pernambucana.

Considerando que para atingir o fim pretendido por este Governo o caminho, necessariamente, passa pelo fortalecimento da gestão pública, devemos ressaltar a metodologia que vem sendo utilizada para o alcance deste objetivo.

Produzido para orientar o monitoramento e a avaliação das ações do Estado durante o exercício de 2008, o Mapa Estratégico do Governo de Pernambuco definiu dez objetivos, cujo foco nos resultados permite avaliar o grau de evolução obtido em cada área de interesse, e a integração dos diversos órgãos, orientados por uma mesma política pública, com o fim de garantir o alinhamento das ações.

Considerando, entretanto, a ressalva desse Tribunal quanto à necessidade de ampliação dos esforços no sentido de permitir o monitoramento e a avaliação da ação governamental, apesar do reconhecido passo dado por este Governo em relação à transparência pública, com a implantação do Portal da Transparência, a equipe de auditoria chama a atenção para o incremento que se faz mister ao acompanhamento das ações pelos diversos segmentos da sociedade. Quanto a este aspecto, ressaltamos, logo a seguir, as medidas que vem sendo implementadas pelo Governo, com o objetivo de fortalecimento do controle social.

No que concerne à integração planejamento – orçamento, mais uma etapa foi vencida para a desejada incorporação da visão estratégica, linhas de ação e planos de trabalho das diversas áreas executoras de políticas públicas nos instrumentos formais de planejamento e orçamento, normativos e informacionais. Avançando no alinhamento estratégico, iniciado com a incorporação de diretrizes oriundas dos canais de diálogo com a sociedade, já no final de 2007 ficou definido para 2008 o desenho de sistematização da visão de futuro, premissas, focos prioritários e objetivos estratégicos. Entretanto, consolidado no Mapa da Estratégia 2008, reproduzido no Relatório, o prazo de apresentação das propostas legislativas só permitiu a incorporação à estrutura formal do PPA e da Lei Orçamentária a partir do exercício de 2009.

O projeto de construção de um modelo de gestão capaz de organizar os recursos materiais, financeiros e humanos para a realização dos compromissos assumidos com a sociedade contempla, em um de seus componentes, a revisão da sistemática de medição de desempenho dos órgãos e entidades da administração pública estadual. Esta fase, conforme detalhado no corpo deste Relatório, no tópico referente à Gestão Administrativa do Estado, corresponde ao "terceiro movimento" de implantação do Projeto "Todos por Pernambuco", que reúne as intervenções para a profissionalização da gestão pública no Poder Executivo Estadual.

Portanto, a partir do acompanhamento das ações resultantes desta gestão governamental, podemos aferir que muito já foi feito na busca do desenvolvimento social equilibrado e da melhoria das condições de vida do povo pernambucano. Temos, também, a convicção de que os desafios que ainda estão à nossa frente são imensos, e isto aumenta nossa disposição e ânimo para ampliar resultados.

O governo ao evoluir, nesses dois últimos anos, com a decisão de implantar uma gestão de qualidade, com unidade e foco em resultados, construiu um diferencial muito importante para o Estado, cujo elenco de ações merecedoras de destaque em 2008 a seguir comentaremos.

A árdua tarefa de cortar despesas "ruins" foi cumprida, com a redução de R\$ 104 milhões em 2008, ampliando, assim, os valores disponíveis para investimentos. O crescimento da arrecadação de ICMS em 14,8%, representando um ganho real de R\$ 505 milhões (acima do crescimento da inflação), e o salto da realização da dívida ativa para R\$ 77,0 milhões, crescendo 220% em relação a 2006, são exemplos claros da melhoria da eficiência da atividade arrecadatória, haja vista terem sido realizados em um ambiente onde não houve aumento da carga tributária. A potencialização da captação de recursos de convênios, que cresceram 128%, e de operações de crédito, que cresceram 164%, também destacam-se como novas fontes de geração de receitas para o Estado. Vale ressaltar que tais recursos estavam disponíveis para captação e não vinham sendo utilizados.

A valorização do servidor, através de política salarial, calendário de pagamento, diálogo, reposição de quadros e melhoria das condições de trabalho é hoje uma realidade. A antecipação do piso dos professores, a elevação da remuneração dos médicos a R\$5.000,00 até 2010, contra R\$1.400,00 em 2006, o

↓   40 

aumento diferenciado para as polícias e a contratação expressiva na civil, na militar, no corpo de bombeiros e na científica são alguns exemplos.

A mudança no patamar dos investimentos do Estado em infraestrutura também já virou realidade. A média de investimentos e inversões em 2008 e 2007, comparada com o período de 2003 a 2006 é significativamente superior, com diversos destaques. Compesa, com 254,6% de crescimento e SUAPE, com 232,9% são exemplos incontestáveis.

Obras como a BR-104 (R\$ 308 milhões), a BR-408 (R\$ 115 milhões), incluídas no PAC, a PE-060 (R\$ 63 milhões), a Estrada da Batalha (R\$ 147 milhões), a Adutora de Pirapama (R\$ 430 milhões), Suape (336 milhões) e o início da construção da Transnordestina vão transformar a face de Pernambuco e viabilizar uma melhor distribuição geográfica do desenvolvimento no Estado.

A atração de empreendimentos estruturadores, com o início de sua implantação, já mudaram a economia estadual, inclusive com repercussão no interior. A Refinaria (R\$ 9,88 bilhões), o Estaleiro (R\$ 1,9 bilhões), as fábricas da Sadia (R\$ 225 milhões) e da Perdigão (R\$ 230 milhões) são exemplos concretos do que está acontecendo.

Os investimentos em formação de capital intelectual, com os recordes alcançados na concessão de bolsas de pesquisa científica e na capacitação profissional (saltando de 20 para 392 bolsas de 2006 para 2008), denotam que o governo entendeu a mudança radical que está acontecendo na matriz econômica do Estado e está se preparando para isto. O crescimento de 71,9% dos investimentos na FACEPE comprovam esta decisão.

Pernambuco cresceu mais que o país em 2008, aumentando o seu PIB em invejáveis 7%. É o melhor ano da série histórica medida pelo IBGE nas contas regionais. Não fosse a atuação direta do governo para garantir a atração de investimentos, o apoio às cadeias produtivas e a preparação da infraestrutura, este resultado não seria possível.

O ano foi, também, o melhor na geração de emprego da série histórica (desde 1998), seja pelos dados do CAGED (52,8 mil novos postos de trabalho), que mede os empregos assalariados com carteira assinada, seja pelo DIEESE, que mede o

desemprego na Região Metropolitana do Recife (19,6%), seja pelos dados do IBGE, que pela primeira vez na história registrou um índice de desemprego anual em Pernambuco abaixo dos dois dígitos (9,3%). Importante o dado relativo à interiorização do desenvolvimento apontado pelo CAGED, que registrou maior expansão do emprego no Sertão (7,6%) e no Agreste (7,7%), em relação à Região Metropolitana (6,8%).

As ações realizadas nesses últimos dois anos para a efficientização do serviço público, a preparação da infraestrutura e da mão-de-obra, além da atração de empreendimentos, proporcionaram ao Estado uma condição diferenciada para enfrentar a crise internacional.

No campo da saúde, que está sendo reestruturada, os três hospitais da região metropolitana estão se materializando (sendo que o primeiro já tem R\$ 21,8 milhões em obras). As Unidades de Pronto Atendimento – UPAs – já estão contratadas. Enquanto, isto, esforços imediatos trazem resultados, tais como a redução da taxa de mortalidade infantil de 39,8% em 2006 para 38,4% em 2007 e a redução do indicador APVP de 56,2/1000 habitantes em 2005 para 51,4/1000 habitantes em 2008 (dados preliminares). O Programa Mãe Coruja, materializado em 24 Cantos Mãe Coruja, já é uma realidade no interior do Estado, com 4720 gestantes cadastradas em quatro regiões, que recebem toda a atenção no pré-natal e primeiro ano de vida do bebê.

A política de segurança, representada pelo Pacto pela Vida, reverteu uma curva que era altamente desfavorável para a população pernambucana. O aumento da taxa de homicídios (CVLI) de 2004 para 2005 e de 2005 para 2006, transformou-se em redução de 2006 para 2007 e em nova queda de 2007 para 2008. Este é um dado incontestável, e sua relação de causa e efeito com as ações realizadas pelo governo é patente. Foram mais ações de prevenção, mais apreensões, mais prisões em flagrante, mais ações de inteligência, mais inquéritos instaurados e concluídos, mais mandados de prisão cumpridos e, por conseqüência, menos criminalidade.

A educação também já apresenta resultados importantes. Garantia das aulas, recompletamento do quadro de professores, adoção de currículo mínimo, adoção de avaliações bimensais, recuperação da rede física, ampliação das escolas de referência em tempo integral (de 13 em 2006 para 51 em 2008) e aumento do número de vagas da educação profissionalizante são ações já realizadas que estão criando



um novo horizonte para os pernambucanos. O movimento Todos pela Educação já mediu resultados e apontou que Pernambuco está entre os quatro Estados do país que alcançaram as metas estabelecidas.

A política pública para o setor agrícola amplia as condições para manter o homem no campo com dignidade e qualidade de vida. O desempenho econômico do setor agropecuário, com destaque para as lavouras temporárias de milho e feijão, que cresceram, respectivamente, 43,9% e 33,9% em relação ao ano anterior, está relacionado com ações realizadas pelo governo. O Programa Terra Pronta, por exemplo, viabilizou a aração de 42 mil hectares de terra e a distribuição de 1471 toneladas de sementes em 2008. Além disso, o objetivo de universalizar o acesso à água no território estadual concorre para garantir a manutenção deste crescimento.

As mudanças implementadas na gestão pública do Estado já permitiram oferecer esses resultados à sociedade. O Governo do Estado continuará empenhado em executar seu Programa de governo, priorizando os estratos mais vulneráveis da população e a interiorização do desenvolvimento, porque acredita que é com trabalho que Pernambuco se transforma.

Recife, 03 de agosto de 2009



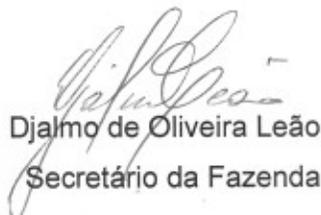
Paulo Henrique Saraiva Câmara  
Secretário de Administração



Geraldo Júlio de Melo Filho  
Secretário de Planejamento e Gestão



José Ricardo W. Dantas de Oliveira  
Secretário da Controladoria Geral do Estado



Djalmo de Oliveira Leão  
Secretário da Fazenda